

Quase metade das crianças vive na pobreza, maior nível da série no país

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Estão nesta situação 46,2% dos menores de até 14 anos. Na população em geral, índice é de 29,4%. Redução do valor do Auxílio Emergencial em 2021 é um dos motivos para maior número de pobres

O percentual de crianças menores de 14 anos que estão abaixo da linha de pobreza chegou a 46,2% no Brasil no ano passado, o maior percentual da série, iniciada em 2012. São 20,3 milhões de meninos e meninas que vivem sem rendimento suficiente para ter condições mínimas de bem-estar, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE divulgados nesta sexta-feira.

A proporção é muito maior que na população em geral, em que 29,4% estão na mesma situação. Ou 62,5 milhões de brasileiros. Ainda assim, o contingente de brasileiros na pobreza também chegou ao nível recorde da série histórica, iniciada em 2012.

Os critérios considerados para linha de pobreza são os do Banco Mundial, isto é, renda nominal per capita menor que US\$ 5,50 por dia ou R\$ 486 por mês.

Ao todo, 17,8 milhões de brasileiros estão na extrema pobreza, com ganho per capita inferior a US\$ 1,90 diário, ou R\$ 168 mensais - contingente também recorde. São 8,4% da população nesta situação. De novo, as crianças são as mais afetadas: 13,4% delas são extremamente pobres.

"A redução dos valores e abrangência e o aumento dos critérios para concessão do Auxílio Emergencial, em 2021, provavelmente tiveram impactos sobre o aumento da extrema pobreza e da pobreza neste último ano", diz o IBGE.

Daniel Duque, pesquisador da área de Economia Aplicada do FGV IBRE, explica que o ano de 2021 concentrou uma queda acentuada dos rendimentos do trabalho por conta da inflação alta e da pandemia, especialmente no primeiro trimestre. E o auxílio emergencial, concedido às famílias no auge da pandemia em 2020, sofreu uma série de oscilações no ano seguinte:

— O auxílio foi suspenso no primeiro trimestre de 2021 e depois recuperado no segundo e terceiro trimestre com um valor menor. E, depois, finalizado no quarto trimestre e substituído pelo Auxílio Brasil, com um valor ainda menor — lembra Duque.

E são justamente nas famílias mais vulneráveis e que dependem de transferências do governo, que residem a maior parte das crianças brasileiras - uma vez que, das classes médias baixas para cima, a taxa de natalidade tem sido muito baixa nas últimas décadas, afirma Duque. O alento é que, segundo avaliação do economista, o adicional de R\$ 150 por criança no Auxílio Brasil previsto pelo novo governo eleito torna relativamente mais adequado o tipo de assistência aos que mais precisam:

— O programa seria ainda melhor se voltasse aos moldes do Bolsa Família, sem um benefício básico por família tão alto, sem considerar o número de membros das famílias. Mas a mudança proposta é positiva — conclui.

Efeito direto do auxílio

Assim, os números referentes à pobreza no país refletem diretamente a política de transferência de renda dos últimos dois anos, afirmam especialistas.

Em 2020, no ano de início da pandemia, o auxílio emergencial a R\$ 600, pago entre março e agosto, colaborou para tirar 23 milhões de pessoas da pobreza. A interrupção do programa, porém, levou a pobreza a mais 25 milhões de pessoas em seis meses, destaca Marcelo Neri, diretor da FGV Social.

— Esse salto parece um “trailer” de janeiro de 2023, quando termina a próxima edição. No período agudo da pandemia, setembro de 2020, a pobreza atingiu o mínimo histórico. Sem o auxílio, subiu ao ponto mais alto da série desde 2012 em apenas seis meses. Ou seja, as oscilações da pobreza estão relacionadas a essas escolhas (em política de transferência de renda) — afirma ele.

Olhando para frente, continua Neri, é preciso olhar para o desenho do novo Bolsa Família.

— Não vejo nada de errado em ter 1,5% do PIB para política de combate à pobreza, como vem sendo discutido. Mas é preciso achar as fontes de financiamento. E cuidar do desenho do programa. O Auxílio Brasil gasta três vezes mais que o antigo Bolsa Família, mas desperdiça 55% dos recursos. Ou seja, poderia mais que dobrar seu efeito sobre a pobreza se escolhesse uma regra que distribuisse o benefício considerando, por exemplo, o grau de pobreza e o tamanho da família — alerta ele.

É importante ainda aliar o programa a iniciativas em educação, de forma que, além de permitir exigir contrapartidas das famílias beneficiadas, permita monitorar o avanço escolar das crianças, a vacinação e outros fatores.

Trava no Cadastro Único

Para Ricardo Henriques, superintendente-executivo do Instituto Unibanco e professor associado da Fundação Dom Cabral, há dois problemas relevantes.

— Além da política de transferência de renda deste governo ser errática, é punitiva aos mais vulneráveis, ampliando a insegurança num contexto já precarizado por tirar a previsibilidade que havia no Bolsa Família. Depois, o Auxílio Brasil veio com o desmonte da política social integrada do país, pela perspectiva equivocada de que transferência de renda é a questão exclusiva para enfrentar a pobreza. Ela é uma âncora, mas deve viabilizar articulação de uma política social multidimensional para a erradicação da pobreza — explica o economista.

Ele chama atenção para o que classifica como “desmonte” do Cadastro Único, que é o sistema que registra as informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e de extrema pobreza, cujas informações deveriam embasar a construção de políticas sociais.

— O desmonte do Cadastro Único não é só um erro. É uma consequência da miopia sobre o papel da política social. É transformar o sistema num cadastro bancário. A queda na renda mostra que o perfil da pobreza mudou. Não é só explicitar que o governo errou do ponto de vista de política social. Ele descontinuou um ciclo de evolução contínua na perspectiva de emancipação de pessoas da pobreza.

Nesse sentido, Henriques avalia o crédito consignado para beneficiários do Auxílio Brasil, liberado a partir do mês passado, como uma “perversão” derivada do desconhecimento do governo atual de como fazer política pública e política social numa sociedade tão desigual como é a brasileira.

Na ocupação de Vila Canaã, em São Cristóvão, na Zona Norte do Rio, os número do IBGE ganham contorno de realidade. Entre as 135 famílias que lá vivem está a de Daniele Rodrigues, de 39 anos. Ela vive com os cinco filhos em um cômodo pequeno e dividido apenas por um guarda-roupas, usado para separar o espaço onde está a cama de casal, em que todos dormem, e a sala.

Em 2020, no auge da pandemia, ela sofreu um AVC e ficou com o lado esquerdo do corpo paralisado, motivo pelo qual, afirmou, não consegue trabalhar. Agora, depende do Auxílio Brasil, de R\$ 600, para sustentar o lar.

— Tenho cinco filhos. Eles têm 3, 7, 9, 12 e 19 anos. Já faz cinco anos que a gente mora nessa ocupação. Antes, morávamos em outra, mas fomos despejados. — disse Daniele. — Hoje, com R\$ 600, você compra um arroz, feijão ou uma mistura. Então, passamos dificuldades.

Falta até um leite, um pão

Irmã mais velha de Daniele, Silvana Rodrigues, de 45, também mora na Vila Canaã. Ela tem dez filhos, mas vive com quatro deles e o marido, que perdeu a visão de um olho e, por isso, parou de trabalhar. Para complementar a renda, Silvana vende doces.

— Eu tentei colocar uma barraquinha de doces aqui para a gente poder sobreviver, mas tem dia que vende e outros que não. As doações também sumiram. Vinham pessoas de fora e, depois da pandemia, isso acabou. Acho que a dificuldade bateu na porta de todo mundo.

A insegurança alimentar e a pouca compreensão dos mais novos sobre a realidade em que vivem é motivo de angústia para as mães.

— As crianças não entendem. Costumam pedir danone, biscoito, sucrilhos. Coisas que eles tinham antes da pandemia por causa das doações. Mas hoje faltam até um leite, um pão — contou Daniele.

Nordeste concentra pobreza

O Nordeste é a região que concentra mais brasileiros vulneráveis: 53,2% dos que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia estão lá. Os estados nordestinos também abrigam 44,8% dos pobres do país.

O Sudeste, que abriga as cidades mais ricas da nação, também convive com pessoas com rendimento insuficiente. É a segunda região que mais concentra pessoas na extrema pobreza no país, com 25,5% delas. Quando se olha os que estão abaixo da linha de pobreza, o percentual na região (29,5%) está em linha com o número nacional.